

JUCEP

ESTADO DE SÃO PAULO

INSTRUMENTO PARTICULAR DA SEXTA ALTERAÇÃO E

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA DENOMINADA

**"EM2 IT SOLUTIONS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
LTDA"**

VLAMIR MATTIOLLI, brasileiro, natural da Cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, nascido em 22/08/1.958, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, gerente de contas, portador da Cédula de Identidade RG. nº 6.442.951-9 SSP/SP emitida em 13/03/2.012 e do CPF. sob nº 999.478.628-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo à Rua Labatut, nº 232, no bairro do Ipiranga, CEP: 04214-000.

EVANDRO CARLOS BAGINI DE SOUZA, brasileiro, natural da Cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, nascido em 31/12/1.978, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, gerente de produtos, portador da Cédula de Identidade RG. nº 29.797.816-0 SSP/SP emitida em 20/10/1.997 e do CPF. sob nº 282.963.678-31, residente e domiciliado na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo na Rua Pirapora do Bom Jesus, nº 170, Apto. 144, no bairro do Jardim Santa Clara, CEP: 07123-230.

MICHEL CORREIA LOPES, brasileiro, natural da Cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, nascido em 21/04/1.974, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, gerente de serviços, portador da Cédula de Identidade RG. nº 22.834.564-9 SSP/SP emitida em 06/04/2.010 e do CPF. sob nº 198.485.208-64, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo na Rua do Símbolo, nº 110, Bloco 3, Apto. 102, no bairro do Jardim Ampliação, CEP: 05713-570.

Únicos sócios componentes da sociedade limitada, a qual gira nesta praça sob o nome empresarial de **"EM2 IT SOLUTIONS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA"**, com sede, administração e foro legal na Cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo na Alameda dos Maracatins, nº 992, Cj. 71-A, no bairro de Indianópolis, CEP: 04089-001, conforme Contrato Social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo **NIRE 35.218.258.983** em sessão de 27/05/2.003 e última Alteração Contratual devidamente registrada e arquivada sob nº 141.034/18- em sessão de 21/03/2.018, inscrita devidamente no CNPJ/MF sob nº 05.699.150/0001-59, têm entre si, justos e contratados em **ALTERAR** o mencionado Contrato Social mediante as cláusulas e condições expostas articuladamente:

Cláusula 1ª.) DA SAÍDA DE SÓCIO

Nesta data retira-se da sociedade o sócio Sr. **MICHEL CORREIA LOPES** cedendo e transferindo a totalidade de suas 66.660 (sessenta e seis mil, seiscentas e sesenta) quotas de capital social aos sócios remanescentes Srs. **VLAMIR MATTIOLLI** e **EVANDRO CARLOS BAGINI DE SOUZA**.

JUCEP
17 12 18

Cláusula 2ª.) DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS



2.1 - O sócio que se retira da sociedade Sr. **MICHEL CORREIA LOPES**, aqui qualificado como **CEDENTE**, cede e transfere, por este instrumento, 33.320 (trinta e três mil, trezentas e vinte) quotas que detém no capital social da sociedade ao sócio remanescente Sr. **VLAMIR MATTIOLLI**, aqui qualificado como **CESSIONÁRIO**.

2.2 - O preço líquido, certo, total e ajustado da presente cessão é de R\$ 33.320,00 (trinta e três mil, trezentos e vinte reais) que são pagos pelo **CESSIONÁRIO** ao **CEDENTE**, neste ato, em uma só parcela, a qual o **CEDENTE** declara haver recebido em moeda corrente nacional, declarando ainda ter recebido todos os seus direitos e haveres sociais, nada tendo a reclamar, seja à que título for, nem da sociedade nem do **CESSIONÁRIO** e por essa razão dá a mais plena, geral e irrevogável quitação.

2.3 - O sócio que se retira da sociedade Sr. **MICHEL CORREIA LOPES**, aqui qualificado como **CEDENTE**, cede e transfere, por este instrumento, 33.340 (trinta e três mil, trezentas e quarenta) quotas que detém no capital social da sociedade ao sócio remanescente Sr. **EVANDRO CARLOS BAGINI DE SOUZA**, aqui qualificado como **CESSIONÁRIO**.

2.4 - O preço líquido, certo, total e ajustado da presente cessão é de R\$ 33.340,00 (trinta e três mil, trezentos e quarenta reais) que são pagos pelo **CESSIONÁRIO** ao **CEDENTE**, neste ato, em uma só parcela, a qual o **CEDENTE** declara haver recebido em moeda corrente nacional, declarando ainda ter recebido todos os seus direitos e haveres sociais, nada tendo a reclamar, seja à que título for, nem da sociedade nem do **CESSIONÁRIO** e por essa razão dá a mais plena, geral e irrevogável quitação.

Cláusula 3ª.) DA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

Mediante a cessão e transferência de quotas, o Capital Social da sociedade que é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma delas, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional pelos sócios, fica assim distribuído:

Nome do Sócio	Valor em R\$	Nº de Quotas	%
1) VLAMIR MATTIOLLI	100.000,00	100.000	50
2) EVANDRO CARLOS BAGINI DE SOUZA	100.000,00	100.000	50
Total Geral	200.000,00	200.000	100

JUCEP

Parágrafo Único

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela total integralização do capital social, conforme artigo 1.052 da Lei 10.406/2.002.

Cláusula 4ª.) DA AMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE - DOS PODERES DOS SÓCIOS

A sociedade será administrada por ambos os sócios, os quais, individualmente, poderão assinar cheques e quaisquer outros documentos de interesse da sociedade com plenos poderes e atribuições de realizarem todas as operações para a consecução de seu objeto social e a sua representação ativa e/ou passiva, judicial e/ou extrajudicial.

Cláusula 5ª.) DOS DIREITOS À RETIRADA DE PRO-LABORE

A título de pró-labore, todos os sócios terão direito a uma retirada mensal, cujos valores serão levados à conta de Despesas Gerais.

Cláusula 6ª.) DA CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Em razão do acima exposto os sócios resolvem, de comum acordo, **CONSOLIDAR** o contrato social mediante as cláusulas e condições expostas articuladamente:

"CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO"

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Nome Empresarial – Sede – Prazo de duração

A sociedade empresária é do tipo Limitada, na forma disciplinada no Código Civil Brasileiro sob os moldes da Lei 10.406/2.002 e gira sob o nome empresarial de **"EM2 IT SOLUTIONS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA"**, tendo sua sede, administração e foro legal na Cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo na Alameda dos Maracatins, nº 992, Cj. 71-A, no bairro de Indianópolis, CEP: 04089-001.

Parágrafo Primeiro

Observadas as disposições da legislação aplicável, a sociedade poderá criar, manter e extinguir filiais, sucursais, agências e/ou escritórios comerciais em qualquer parte do território nacional, por decisão dos sócios.

Parágrafo Segundo

A sociedade iniciou suas atividades em 13/05/2.003, sendo a sua vigência por prazo indeterminado.

CLÁUSULA SEGUNDA

Do Objeto Social

O objeto social da sociedade constitui-se na exploração do ramo do Comércio de equipamentos, periféricos, suprimentos e materiais de informática; prestação de serviços de representação comercial de equipamentos de informática; intermediação de negócios e serviços, exceto imobiliários; consultoria em tecnologia da informação; desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; suporte técnico e manutenção em tecnologia da informática; aluguel de equipamentos de informática; manutenção de computadores e periféricos; treinamentos, palestras e cursos em informática; análise de sistemas; criação de páginas de internet e lojas virtuais.

JUCESP

17 10 10

CLÁUSULA TERCEIRA

Do Capital Social – Das quotas do Capital – Da integralização

O Capital Social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas do valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma delas, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional pelos sócios e está assim distribuído:

Nome do Sócio	Valor em R\$	Nº de Quotas	%
1) VLAMIR MATTIOLLI	100.000,00	100.000	50
2) EVANDRO CARLOS BAGINI DE SOUZA	100.000,00	100.000	50
Total Geral	200.000,00	200.000	100

Parágrafo Único

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela total integralização do capital social, conforme artigo 1.052 da Lei 10.406/2.002.

CLÁUSULA QUARTA

Da Cessão e/ou Transferência de Quotas do Capital Social

As quotas da sociedade são indivisíveis perante a sociedade e a terceiros, e não poderão estar representadas por mais de um titular, e, da mesma forma, não poderão ser cedidas, transferidas, alienadas, inclusive em relação aos direitos sobre as mesmas, sem o expresse consentimento dos demais sócios, os quais, em condições de igualdade e preço, terão sempre o direito de preferência e na proporção das quotas que são possuidores.

Parágrafo Primeiro

O sócio que desejar se retirar da sociedade ou apenas ceder, transferir ou alienar suas quotas ou os direitos sobre as mesmas a qualquer título deverá oferecê-las ao demais sócios, por intermédio de carta registrada, dando o prazo de 60 (sessenta) dias para o exercício de preferência, identificando a quantidade de quotas que pretende ceder, transferir e/ou alienar, assim como os direitos, o preço e as condições de pagamento.

JUCESP
17 12 18

Parágrafo Segundo

Findo o prazo a que se refere o parágrafo anterior e não tendo havido qualquer manifestação, ou havendo interesse em apenas parte delas, o sócio que pretender se retirar, ou apenas ceder, transferir ou alienar sua participação acionária, total ou parcialmente, poderá transferir as mesmas a terceiros, desde que obedecida às condições identificadas na carta remetida aos demais sócios.

Parágrafo Terceiro

Para fins de segurança aos demais sócios quanto às condições de transferência, as operações que envolvam cessão, transferência e/ou alienação de quotas ou direitos deverão ser formalizadas por instrumentos públicos.



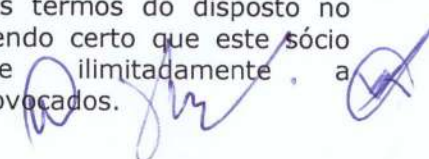
CLÁUSULA QUINTA

Da Administração da Sociedade – Dos Poderes dos Sócios

A sociedade é administrada por todos os sócios, os quais, individualmente, assinam cheques e quaisquer outros documentos de interesse da sociedade com plenos poderes e atribuições de realizar todas as operações para a consecução de seu objeto social e a sua representação ativa e/ou passiva, judicial e/ou extrajudicial.

Parágrafo Primeiro

Os sócios não poderão em quaisquer circunstâncias praticar atos alheios ao objetivo social, especialmente aqueles que possam acarretar responsabilidade para a sociedade, tais como o da prestação de avais, fianças, abonos de mero favor, inclusive na oneração ou alienação de bens imóveis da sociedade, configurando-se a prática destes atos como de justa causa para fins de exclusão da sociedade do sócio infrator nos termos do disposto no artigo 1085 do Código Civil, sendo certo que este sócio assumirá pessoalmente e ilimitadamente a responsabilidade pelos danos provocados.



Parágrafo Segundo

Facultativamente e sempre que houver interesse por parte dos sócios e da sociedade, poderá ser nomeado administrador e/ou administradores profissionais não integrantes do quadro social, desde que tal condição seja aprovada por sócios que representem no mínimo dois terços do capital social e cujo documento identificando o administrador, os poderes e prazo de validade deverão ser arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Parágrafo Terceiro

A sociedade, representada por no mínimo dois de seus sócios, poderá nomear procuradores para períodos determinados, exceto os relativos as procurações "**ad juditia**" e cujos poderes deverão estar especificados nos instrumentos de mandatos.

CLÁUSULA SEXTA

Dos Direitos à Retirada Pró-Labore

A título de Pro-Labore todos os sócios têm o direito a uma retirada mensal, cujos valores serão fixados de comum acordo e levados a conta de Despesas Gerais.

Parágrafo Único

Em sendo nomeado Administrador não sócio o qual venha a substituir qualquer um dos sócios na administração dos negócios sociais, o sócio que for substituído não fará a retirada Pró-Labore, e, enquanto durar a substituição, participando exclusivamente da remuneração do Capital Social.

CLÁUSULA SÉTIMA

Do Exercício Social - Do Balanço Patrimonial - Da Apuração do Resultado Econômico - Da Participação dos Sócios

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, onde os sócios e/ou administradores, se for o caso, procederão ao levantamento do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado econômico. Fica dispensada a publicação do Balanço Patrimonial, seja no Diário Oficial ou em jornais.

Parágrafo Único: A sociedade, ao interesse de sócios representando a totalidade do Capital Social, poderá levantar balanços intermediários, intercalares e/ou extraordinários em qualquer data do exercício social. Em razão dos resultados apurados, poderá ser efetuada a distribuição dos lucros apurados e ou acumulados, na proporção de suas quotas ou através de acordo firmado entre os mesmos, distintamente da participação no quadro societário, ou mesmo incorporados ao Capital Social ou retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros ou de reservas, ou capitalizados. No caso de serem apurados prejuízos, estes permanecerão em conta própria, para compensação com os lucros apurados em exercícios anteriores.

CLÁUSULA OITAVA

Do falecimento ou da Incapacidade superveniente dos Sócios

Ocorrendo o falecimento ou incapacidade superveniente de quaisquer dos sócios, será realizado no prazo de 60 (sessenta) dias do evento, um balanço especial. Convindo aos sócios remanescentes e concordando os herdeiros do falecido ou incapaz, depois de concluído o inventário no caso de falecimento, será efetuada alteração contratual com a inclusão destes na sociedade, e, no caso de incapacidade, será indicado pela família, um representante legal que na condição de sócio, integrará o quadro social.

Parágrafo Primeiro

No caso de não haver interesse, quer dos demais sócios na integração dos herdeiros do sócio falecido ou declarado incapaz na sociedade, os seus direitos apurados em balanço especial a que se refere o "**caput**" do presente, serão pagos em moeda corrente, em 20 (vinte) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após 60 (sessenta) dias do levantamento do Balanço Especial e as demais nas mesmas datas dos meses subsequentes.

Parágrafo Segundo

O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

JUL 29

17 12 18

CLÁUSULA NONA

Da Reunião dos Sócios – Das Deliberações Sociais

As deliberações dos sócios serão tomadas em reuniões, devendo a convocação ser feita através de carta registrada, telegramas, e-mail, que será remetida no endereço do sócio constante do contrato social ou quaisquer meios disponíveis, ficando dispensada a convocação se todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, que estavam cientes do local, data, hora e ordem do dia. Se todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da reunião, ficará também dispensada a sua realização.

CLÁUSULA DÉCIMA

Da Alteração Contratual – Condições Legais

Aos termos do disposto no artigo 1071 – Inciso V da Lei 10.406, o Contrato Social poderá ser alterado por sócios que representem no mínimo três quartos do Capital Social.

Parágrafo Único

No caso de exclusão de sócio que esteja colocando em risco os interesses da sociedade, a alteração do Contrato Social poderá ser realizada por sócios que representem mais de cinquenta por cento do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

Da Responsabilidade dos sócios com as Obrigações Sociais

Segundo remissão ao artigo 997, determinada pelo artigo 1.054, ambos da Lei nº 10.406/2.002, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

Da Transformação da Sociedade em outro Tipo Societário – Dos eventos da Cisão, Fusão, Incorporação

A transformação da sociedade em outro tipo societário, assim como, da ocorrência dos eventos de cisão, fusão ou incorporação com outras sociedades ou em outras sociedades, deverá ser aprovada por sócios que representem no mínimo três quartos do Capital Social.

JCEP
17 12 10

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

Do Desimpedimento e Legislação Subsidiariamente aplicável

Os administradores declaram sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer atividades mercantis, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA

Das Omissões Contratuais

As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato serão supridas ou resolvidas com a regência supletiva pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), e noutras disposições legais que lhes forem aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA


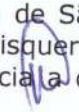
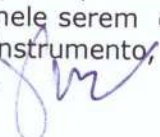
Da Liquidação da Sociedade

No caso de liquidação da sociedade por interesse dos sócios será nomeado um liquidante, o qual administrará a sociedade durante o período de liquidação, prestando contas de seus atos aos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA

Do Foro e Das Disposições Finais

Fica, pelas partes, eleito o Foro da Comarca de São Paulo (Fórum Dr. João Mendes Júnior) para nele serem dirimidas todas e quaisquer dúvidas e divergências oriundas do presente instrumento, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.



JUCESP
17 12 18

E, por estarem assim justos e contratados, e na melhor forma de direito, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença de 2 (duas) testemunhas exigidas por lei, que depois de cientes do seu conteúdo também o assinam para que se operem todos os efeitos legais.

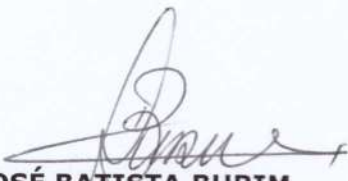
São Paulo, 05 de Novembro de 2.018.


Sócios:

 29ª TABELA DE NOTAS
 29ª TABELA DE NOTAS
 29ª TABELA DE NOTAS

VLAMIR MATTIOLLI
EVANDRO CARLOS BAGINI DE SOUZA
MICHEL CORREIA LOPES

Testemunhas:


JOSÉ BATISTA BURIM
RG. 10.284.334 SSP/SP
CPF. 220.681.558-34


DANIELE BURIM SILVA
RG. 19.643.294-7 SSP/SP
CPF. 157.665.778-77



93000

01 01 71

+

25 Tabelas
Fiscala de Castro Teixeira Pinto Lopes Agapito
TABELAS DE NOTAS TITULARES
Nome do beneficiário: S/S - Moema SP
CNPJ: 04323012 - Telefone: (11) 21020129

Reconheço por semelhança as firmas retro de: (1) VLAMIR MATTIOLI, (1) EVANDRO CARLOS BAGINI DE SOUZA e (1) MICHEL CORREIA LOPES, em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 06 de dezembro de 2018. (Rtd 3: Total R\$ 27.75)
Em Teste da verdade. Cód. F19843141140500354278-0000797

ADILAMAR F. DA SILVEIRA S. SALVADORE - Escrevente Autorizad.
Belo(s): 2 Ato:AA-032092311 Ato:AA-0699861

Colégio Notarial do Brasil
112383
FIRMA
VALOR ECONÔMICO
C21083AA0320923

PAULO/SP
Fiscala de Castro Teixeira

Colégio Notarial do Brasil
112383
FIRMA
VALOR ECONÔMICO
C11083BA0699861

NOTAS DA CAPITAL - ALAMEDA JAUAPERI S/S - MO
Fiscala de Castro Teixeira